



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

## PROJETO DE LEI Nº 154/2026

Dispõe sobre a garantia de condições adequadas de participação para candidatos com Diabetes Mellitus Tipo 1 (DM1) em concursos públicos, processos seletivos ou provas realizadas pelo Poder Público Municipal.

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a garantia de condições adequadas de participação para candidatos com Diabetes Mellitus Tipo 1 (DM1) em concursos públicos, processos seletivos ou provas realizadas por órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Município de Araraquara.

Art. 2º Os editais de concursos públicos e processos seletivos municipais devem prever, de forma expressa, as condições especiais de participação das pessoas com DM1 previstas nesta lei.

Art. 3º É assegurado ao candidato com DM1 o direito de:

I - portar, durante toda a prova, todos os dispositivos e insumos médicos necessários, incluindo sensor contínuo, bomba de insulina, canetas de insulina, glicosímetro, tiras reagentes de glicemia, agulhas, sachês de açúcar, bebidas e alimentos;

II - realizar aplicações de insulina quando houver necessidade; e

III - solicitar sala especial, se houver necessidade de ambiente reservado para cuidados.

Art. 4º Nos concursos públicos que incluam teste de aptidão física, fica assegurado ao candidato com DM1:

I - monitoramento glicêmico antes, durante e imediatamente após o teste; e

II - possibilidade de ajustar insulina, quando necessário.

Art. 5º O candidato deve informar sua condição no ato da inscrição, apresentando laudo médico atualizado, sem que isso gere exposição ou constrangimento.

Art. 6º A banca organizadora deve garantir que os supervisores e fiscais estejam orientados sobre as necessidades do candidato com DM1.

Art. 7º Fica a administração pública municipal obrigada a prever a penalidade de multa nos contratos firmados com bancas examinadoras em caso de descumprimento aos preceitos desta lei.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Sala de Sessões “Plínio de Carvalho”, 17 de abril de 2026.

FABI VIRGÍLIO, ALCINDO SABINO, ALUISIO BOI, BALDA, CORONEL PRADO, CRISTIANO DA SILVA, DR. LELO, ENFERMEIRO DELMIRAN, FILIPA BRUNELLI, GEANI TREVISÓLI, GUILHERME BIANCO, JOÃO CLEMENTE, MARCÃO DA SAÚDE, MARCELINHO, MARIA PAULA, MICHEL KARY, PAULO LANDIM, RAFAEL DE ANGELI



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo assegurar condições adequadas de participação para candidatos com Diabetes Mellitus Tipo 1 (DM1) em concursos públicos, processos seletivos e demais avaliações promovidas pelo Poder Público Municipal, promovendo, assim, a igualdade material de oportunidades e o respeito à dignidade da pessoa humana.

O Diabetes Mellitus Tipo 1 é uma condição crônica que exige monitoramento constante dos níveis de glicose no sangue, administração de insulina em horários específicos, além da necessidade eventual de alimentação durante o dia, inclusive em situações de emergência para evitar episódios de hipoglicemia ou hiperglicemia. Tais fatores podem impactar diretamente o desempenho do candidato durante a realização de provas, caso não sejam observadas medidas mínimas de adaptação.

Apesar de avanços na inclusão de pessoas com deficiência e condições de saúde específicas em certames públicos, ainda há lacunas normativas no que se refere à garantia de condições adequadas para pessoas com DM1, o que pode resultar em situações de desigualdade e prejuízo injusto a esses candidatos.

A proposta busca, portanto, assegurar direitos básicos, como a permissão para portar alimentos, insumos médicos (como glicosímetros, sensores e insulina), bem como a possibilidade de pausas para monitoramento e controle glicêmico, sem que isso implique em penalização ou prejuízo ao tempo de prova. Trata-se de medida simples, de baixo custo para a Administração Pública, mas de grande impacto na promoção da equidade.

Diante do exposto e do parecer de constitucionalidade que segue, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposta.

**CÓPIA NA ÍNTEGRA DO PARECER TÉCNICO DA DIRETORIA LEGISLATIVA ENVIADO POR E-MAIL NO DIA 10 DE ABRIL DE 2026.**

Prezadas, encaminhamos parecer sobre o projeto "Lei de Inclusão da Pessoa com Diabetes Tipo 1 (DM1) em Concursos e Provas Públicas no Município de Araraquara".

Segue em anexo sugestão de PL já com as adequações propostas no parecer.

### **Parecer**

Trata-se de projeto de iniciativa parlamentar que institui a "Lei de Inclusão da Pessoa com Diabetes Tipo 1 (DM1) em Concursos e Provas Públicas no Município de Araraquara".

Autoria: Vereadora Fabi Virgílio.

### **Resumo**

Parecer pela **CONSTITUCIONALIDADE**, em geral, do projeto de lei. Ao estabelecer política pública visando proteção à saúde competência comum de todas as pessoas políticas, à luz dos artigos 23, incisos II, **bem como tratar** procedimentos em matéria processual (art. 24, §§ 1º e 2º, da CF) e proteção e defesa da saúde procedimentos em matéria processual (art. 24, §§ 1º e 2º, da CF) bem como para legislar sobre proteção e defesa da saúde, tendo os Municípios competência para suplementar a legislação federal e estadual no que couber (Art. 30, inciso II). Ainda, o Supremo Tribunal Federal entende que normas de iniciativa parlamentar que ao



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

tratar dos aspectos do concurso público não está sujeita à cláusula de reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo. **Ajustes necessários** ao projeto de lei.

### **Da Constitucionalidade**

Quanto a análise da constitucionalidade acerca da repartição de competências administrativas determinadas para cada ente federativo, tem-se que a matéria discutida no projeto – a garantia de condições adequadas de participação para candidatos com Diabetes Mellitus Tipo 1 (DM1) em concursos públicos e provas seletivas – trata em suma da proteção à saúde (artigo 23, inciso II) competência comum a todos os entes federativos.

Porém, necessário considerar que na aplicação da repartição constitucional de competências **para legislar** sobre a temática, é possível enquadrar a temática tratada substancialmente dentro da competência concorrente atribuída à União, aos Estados e Distrito Federal para legislar sobre procedimentos em matéria processual (art. 24, §§ 1º e 2º, da CF) bem como para legislar sobre proteção e defesa da saúde (art. 24, XII, da CF), tendo os Municípios competência para suplementar a legislação federal e estadual no que couber (Art. 30, inciso II), dado tratar-se de regras específicas sobre concursos públicos.

Nesse sentido, valiosa é a lição da doutrina acerca dos patamares legislativos mínimos em termos de proteção:

Tal patamar diz respeito à relação, por assim dizer, entre a norma geral, editada pela União, e a norma específica editada pelo Estado, Distrito Federal ou pelo Município. Conforme a lição do ex-Ministro do STF, Carlos Ayres Britto, a União, em se tratando de competência legislativa concorrente, “tem de atuar contidamente no campo das normas gerais (menos que plenas), pois a legislação específica sobre o mesmo tema ou relação jurídica é titularizada por outrem: cada qual dos nossos entes federados periféricos”. O Ministro Ayres Britto segue afirmando que **“quanto aos Estados e o Distrito Federal, estes, diante da eventual edição de normas federais de caráter geral (normas gerais, entenda-se), produzirão normas de tipo suplementar. Mas suplementar – atente-se – como adjetivo de significado precisamente dicionarizado: crescer alguma coisa. Fornecer suplemento ou aditamento. Suprir, acudir, inteirar, com o objetivo de solver os déficits de proteção e defesa de que as normas gerais venham a padecer”**. De tal sorte, entendemos que há sim **“espaço legislativo” para os entes federativos, a partir dos contextos e especificidades regionais e locais, aperfeiçoarem a norma geral editada pela União no âmbito da competência legislativa concorrente.** (SARLET; MARINONI; MITIDIERO; 2025, p. 915)[1]. (grifos nossos)

Assim considerando, é necessário determinar *in casu* o interesse local. Em relação à saúde e assistência pública, a Constituição Federal consagra a existência de competência administrativa comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 23, II e IX, da CF). Tal vocação municipal já foi consagrada pelo Supremo Tribunal Federal:

CONSTITUCIONAL. PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19). AS REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS SÃO ALICERCES DO FEDERALISMO E CONSAGRAM A FÓRMULA DE DIVISÃO DE CENTROS DE PODER EM UM ESTADO DE DIREITO (ARTS. 1º E 18 DA CF). COMPETÊNCIAS COMUNS E CONCORRENTES E RESPEITO AO PRINCÍPIO DA PREDOMINÂNCIA DO INTERESSE (ARTS. 23, II, 24, XII, E 25, § 1º, DA CF). CAUTELAR PARCIALMENTE CONCEDIDA. [ADI 6.343 MC-REF, red. do ac. min. Alexandre de Moraes, j. 6-5-2020, P, DJE de 17-11-2020.]



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Quanto à possibilidade de se estabelecer regras específicas sobre concursos em âmbito municipal, inegável é o interesse local em trazer diretrizes que melhor se adequam à realidade local para seus concursos públicos, nos termos do Art. 30 incisos I e II da Constituição. Ainda, reforça-se que a própria Lei Federal nº 14.965, de 09 de setembro de 2024 que “Dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos.”, traz autorização para que os municípios possam editar normas próprias de seleção, vejamos:

LEI Nº 14.965, DE 9 DE SETEMBRO DE 2024

Dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos.

[...]

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro do quarto ano após a sua publicação oficial, podendo sua aplicação ser antecipada pelo ato que autorizar a abertura de cada concurso público.

[...]

**§ 2º Alternativamente à observância das normas desta Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem optar por editar normas próprias, observados os princípios constitucionais da administração pública e desta Lei.** (grifos nossos)

Não resta dúvidas pela norma geral sobre a possibilidade de os municípios editarem suas próprias normas desde que em atendimento aos princípios da normativa e da Constituição. Por fim, quanto à iniciativa parlamentar, temos que a matéria de concursos públicos **não se insere em nenhuma das regras previstas no rol taxativo do artigo 24, § 2º, da Constituição Paulista**, pois não trata criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, bem como a fixação da respectiva remuneração (Art. 24 §2º, 1 da Constituição Bandeirante; Art. 74, I da LOM de Araraquara); nem da criação e extinção das Secretarias de Estado/Secretarias Municipais e órgãos da administração pública (Art. 24 §2º, 2 da Constituição Bandeirante; Art. 74, III, da LOM de Araraquara); nem sobre servidores públicos do Estado/Município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria (Art. 24 §2º, 2 da Constituição Bandeirante; Art. 74, II, da LOM de Araraquara).

Nesse sentido, **o Supremo Tribunal Federal entende que normas de iniciativa parlamentar que ao tratar dos aspectos do concurso público** que dizem respeito, tão somente, à esfera jurídica dos próprios candidatos, sem qualquer repercussão na relação funcional entre a Administração Pública e os seus agentes, por configurar matéria estranha ao domínio temático do regime jurídico dos servidores públicos, **não está sujeita à cláusula de reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.** Vejamos:

E M E N T A: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 66/95, EDITADA PELO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – DIPLOMA LEGISLATIVO, RESULTANTE DE INICIATIVA PARLAMENTAR, VEICULADOR DE ISENÇÃO REFERENTE À TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS ESTADUAIS – TEMA QUE TRADUZ ASPECTO DO CONCURSO PÚBLICO, QUE DIZ RESPEITO, TÃO SOMENTE, À ESFERA JURÍDICA DOS PRÓPRIOS CANDIDATOS, SEM QUALQUER REPERCUSSÃO NA RELAÇÃO FUNCIONAL ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SEUS AGENTES – MATÉRIA QUE, POR REVELAR-SE ESTRANHA AO DOMÍNIO TEMÁTICO DO



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, NÃO ESTÁ SUJEITA À CLÁUSULA DE RESERVA DE INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO (CF, ART. 61, § 1º, II, “ c”) – PRECEDENTES – [...]

– AÇÃO DIRETA JULGADA IMPROCEDENTE .

([AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.568](#)/ESPÍRITO SANTO; RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO Sessão Virtual de 14 a 21 de agosto de 2020.)

“CONSTITUCIONAL . AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE . LEI Nº 6.663, DE 26 DE ABRIL DE 2001, DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. O diploma normativo em causa, que estabelece isenção do pagamento de taxa de concurso público, não versa sobre matéria relativa a servidores públicos (§ 1º do art. 61 da CF/88). Dispõe, isto sim, sobre condição para se chegar à investidura em cargo público, que é um momento anterior ao da caracterização do candidato como servidor público. Inconstitucionalidade formal não configurada. [...]

(Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente . ” (ADI 2.672/ES, Red. p/ o acórdão Min. AYRES BRITTO)

Assim, o projeto de lei ora analisado, ao estabelecer regramento específico para concursos públicos - procedimentos em matéria processual (art. 24, §§ 1º e 2º, da CF) – bem como assunto atinente à proteção e defesa da saúde para a prestação de serviços de saúde – está inserido dentro da competência suplementar garantida ao município para tratar de assuntos de interesse local, nos termos do art. 30 incisos I e II da Constituição. Ainda, as disposições do projeto não representam usurpação das funções administrativas, mas tão somente visa, concretizar direitos à saúde e à isonomia dos certames públicos municipais em legítimo exercício da função legislativa, sendo considerada, **em geral**, constitucional. **Dos ajustes necessários ao Projeto de Lei.** Em que pese a constitucionalidade da matéria abordada e já analisada, é necessário, porém, fazer uma consideração em separado dos seguintes dispositivos:

- inciso II do art.3º;
- inciso IV do art.3º;
- inciso VI do art.3º;
- inciso IV do art. 4º;
- parágrafo único do art. 4º;
- artigo 5º;
- artigo 8º;
- artigo 9º.

Assim dispõe os incisos II, IV e VI do artigo 3º:

Art. 3º É assegurado ao candidato com DM1 o direito de:

[...]

II – realizar pausas para monitoramento da glicemia sempre que necessário, **sem desconto do tempo total de prova**;

[...]

IV – **utilizar alarmes sonoros ou vibratórios dos dispositivos médicos, sem penalização ou eliminação**;

[...]



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

VI – **interromper temporariamente a prova** em caso de hipo ou hiperglicemia, **tendo direito à compensação do tempo perdido**.

O concurso público é o procedimento administrativo que tem por fim aferir as aptidões pessoais e selecionar os melhores candidatos ao provimento de cargos e funções públicas e está previsto no artigo 37 da Constituição Federal. Segundo José dos Santos Carvalho Filho<sup>[2]</sup>: “Baseia-se o concurso em três postulados fundamentais. O primeiro é o princípio da igualdade, pelo qual se permite que todos os interessados em ingressar no serviço público disputem a vaga em condições idênticas para todos. Depois, o princípio da moralidade administrativa, indicativo de que o concurso veda favorecimentos e perseguições pessoais, bem como situações de nepotismo, em ordem a demonstrar que o real escopo da Administração é o de selecionar os melhores candidatos. Por fim, o princípio da competição, que significa que os candidatos participam de um certame, procurando alçar-se a classificação que os coloque em condições de ingressar no serviço público. Quanto ao princípio da isonomia (ou igualdade), um de seus efeitos consiste na observância das mesmas regras para todos os candidatos ao concurso público, incluindo aquelas estatuídas no edital. Desse modo, não podem ser impostas exigências diversas para aqueles que se submetem ao mesmo concurso – fato, aliás, de inegável obviedade.”

Como visto acima, o concurso público baseia-se no postulado da igualdade de condições de realização do certame e na observância das mesmas regras para todos os candidatos. Ocorre que, no projeto de lei aqui analisado, o inciso II garante direito a pausa nos concursos sem desconto do tempo integral de prova, o que representa clara afronta à igualdade entre os candidatos. Nesse mesmo sentido encontra-se a previsão de interrupção temporária da prova com compensação do tempo perdido. **Tais dispositivos acabam por criar vantagens relacionadas ao tempo de execução da prova, o que fere frontalmente o princípio da igualdade de condições entre os candidatos.**

Já o inciso IV, traz autorização para utilização de alarmes sonoros ou vibratórios por parte dos candidatos sem penalização por parte da banca. Ocorre que vigora nos concursos a exigência de silêncio absoluto por parte dos candidatos. **Autorizar a utilização de dispositivos sonoros pode criar situação que leve a desconcentração dos demais e pode ocasionar situação de desvantagem entre os concorrentes**, como a possibilidade de o candidato com DM1 fazer o controle do tempo de prova através de seu alarme sonoro.

Reforça-se, tais previsões podem atacar frontalmente à isonomia dos concursos, gerar situações de difícil controle da banca examinadora, sendo desproporcionais mesmo em face da proteção à saúde. **Sendo assim, sugere-se a retirada dos incisos acima destacado, pois padecem de vício que os tornam inconstitucionais.** Quanto ao inciso IV do artigo 4º e o artigo 5º, vejamos: Art. 4º Nos concursos que incluam Teste de Aptidão Física (TAF), fica assegurado ao candidato com DM1:

[...]

IV – adequação de horário caso a realização do teste cause risco ao candidato (ex.: horários de temperatura extrema).

O inciso acima analisado, acaba por ferir o princípio da razoabilidade, pois traz disposição genérica e indefinida, de difícil apuração prática “caso a realização cause risco ao candidato”,



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

sem definir parâmetros objetivos para promoção desta distinção de horários dos demais candidatos. Sendo assim, recomenda-se a exclusão integral do supracitado inciso.

Quanto ao parágrafo único do artigo 4º vejamos:

Art. 4º Nos concursos que incluem Teste de Aptidão Física (TAF), fica assegurado ao candidato com DM1:

[...]

Parágrafo único. O candidato com DM1 não poderá ser considerado inapto exclusivamente por sua condição de saúde.

Art. 5º É vedado ao município excluir candidato por possuir DM1, exceto em casos específicos comprovados por junta médica, quando a função exigir risco incompatível com possíveis condições extremas de segurança — devendo ser apresentada justificativa técnica detalhada. Tal dispositivo gera incongruência lógica com o artigo 5º da mesma lei, que prevê a possibilidade de exclusão do candidato exclusivamente pela sua condição de portador de DM1, em casos específicos. Ainda, a impossibilidade de discriminação ilegítima entre candidatos em razão de condições físicas já é princípio insculpido no §4º do artigo 2º da Lei Federal nº 14.965, de 09 de setembro de 2024, não havendo necessidade de a legislação municipal meramente repetir tal princípio consagrado em normativa federal geral, fugindo assim do interesse local.

Nos termos acima expostos, recomenda-se a exclusão integral do parágrafo único do art. 4º e do artigo 5º do projeto.

Quanto ao artigo 8º, vejamos:

Art. 8º O descumprimento desta Lei implicará:

[...]

II – responsabilização administrativa da banca ou servidor envolvido;

III – direito do candidato de recorrer e solicitar nova oportunidade de prova, sem ônus

O inciso II prevê hipótese de responsabilização administrativa das bancas – sujeitas à disciplina dos contratos administrativos firmados com o Poder Executivo, bem como a medida punitiva direcionada à de servidores públicos municipais, podendo significar efetiva invasão das competências do Chefe do Poder Executivo. Vejamos caso similar julgado pelo TJSP:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, CIVIL E PENAL – EXPRESSÃO "SUJEITANDO OS INFRATORES A RESPONSABILIZAÇÃO PENAL, CIVIL E ADMINISTRATIVA, NA FORMA DA LEI" CONSTANTE DO ART. 3º DA LEI 6.006, DE 28 DE SETEMBRO DE 2004, DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA, DE ORIGEM PARLAMENTAR, QUE "DISPÕE SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO DE EXEMPLARES DA BÍBLIA SAGRADA NOS ACERVOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E DAS UNIDADES BIBLIOTECÁRIAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" – INCOMPATIBILIDADE COM OS ARTS. 5º E 24, § 2º, "4", E 144, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, E COM OS ARTS. 2º, 22, II, E 61, § 1º, II, "C" DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVA DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO – DISCIPLINA RELATIVA A DIREITOS, DEVERES, PENALIDADES E SUA APLICAÇÃO – COMPETÊNCIA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PARA DISPOR SOBRE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS – VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES, DA RESERVA DA ADMINISTRAÇÃO E INCIDÊNCIA DA TESE DO**



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

**TEMA 917 DE REPERCUSSÃO GERAL DO E. STF – INCONSTITUCIONALIDADE CONFIGURADA.** MATÉRIA RELATIVA À RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E PENAL – USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO CIVIL E PENAL – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO PACTO FEDERATIVO – INCONSTITUCIONALIDADE CONFIGURADA. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2246992-64.2024.8.26.0000; Relator (a): Nuevo Campos; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 13/11/2024; Data de Registro: 14/11/2024) (grifos nossos) Ainda, a garantia do direito de remarcar a prova de concurso exclusivamente para determinado número de candidatos específicos fere frontalmente a isonomia do certame, já que outra prova deverá ser aplicada. Assim, recomenda-se a adequação do artigo 8º, mantendo-se seu inciso I e ajustando a redação. Quanto ao artigo 9º, vejamos:

Art. 9º A Prefeitura poderá promover campanhas de conscientização sobre DM1 dirigidas às bancas organizadoras e servidores envolvidos em concursos.

Ainda que vestida do viés meramente autorizativo e não cogente, fato este que não afasta a irregularidade do dispositivo – TJSP Direta de Inconstitucionalidade 2174291-18.2018.8.26.0000; - não pode lei de iniciativa parlamentar **versar sobre capacitação de servidores públicos pois há invasão da chamada Reserva da Administração** e fere frontalmente o a Art. 24 §2º, 2 da Constituição Bandeirante, bem como o Art. 74, II, da Lei Orgânica de Araraquara. Nesse sentido, padece de inconstitucionalidade porque afronta a cláusula de separação de poderes, pois, ao Chefe do Poder Executivo compete a iniciativa legislativa sobre regime jurídico dos servidores públicos. Tal inciso trata inequivocamente de regime jurídico de servidores públicos ao estabelecer capacitação de servidores. Tal é o entendimento do TJ/SP em casos similares:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 5.354, de 08 de novembro de 2017, do Município de Taubaté, estabelecendo “... que em todos os estabelecimentos de educação infantil e ensino fundamental da rede pública e privada do município de Taubaté haverão funcionários devidamente treinados e capacitados em realizar os primeiros socorros”. Expressão “pública”, contida no art. 1º. Inconstitucionalidade. O acréscimo de nova função aos servidores municipais lotados em escolas públicas representa evidente modificação de seu regime jurídico, com novos encargos não previstos na lei que os criou. Configurado vício de iniciativa (art. 24, § 2º, 4, da Constituição Estadual e Tema nº 917 do Eg. STF). Ademais, presente violação à separação de poderes. A realização de primeiros socorros em estabelecimentos públicos configura típica matéria de gestão administrativa, devendo ficar a cargo do Poder Executivo local. Possível a imposição de obrigações somente aos estabelecimentos privados. Autorização legislativa para celebração de convênios e parcerias (art. 2º). Descabimento. Administrador público possui discricionariedade para a análise da conveniência e oportunidade para a celebração de convênios, não necessitando de autorização do Legislativo. Afronta a preceitos constitucionais (arts. 5º; 47, inciso XIV e 144 da Constituição Estadual). Fonte de custeio. Possível a indicação de fonte de custeio genérica (art. 4º). Precedentes dos Tribunais Superiores. Ação procedente, em parte” (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2084946-41.2018.8.26.0000, Relator Desembargador Evaristo dos Santos, julgada em 26 de setembro de 2018)



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Ante o exposto, **entendemos não haver óbice jurídico à propositura, exceto quanto aos dispositivos acima pontuados, que padecem de vício de inconstitucionalidade.**

Por fim, sugere-se adaptações de natureza técnico-legislativa para melhor adequação às exigências da legislação federal e municipal.

É o parecer. Atenciosamente,

**EMITIDO PELO SERVIDOR LUAN HENRIQUE BAILLY– DIRETORIA LEGISLATIVA.**

[1] Sarlet, Ingo Wolfgang. Curso de Direito Constitucional / Ingo Wolfgang Sarlet, Luiz Guilherme Marinoni, Daniel Mitidiero. – 14. ed. – São Paulo : Saraiva Jur, 2025. 1.472 p. ISBN: 978-85-5362-688-5 (Impresso).

[2] Carvalho Filho, José dos Santos Manual de direito administrativo / José dos Santos Carvalho Filho. – 31. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017. P. 416.

”PALACETE VEREADOR CARLOS ALBERTO MANÇO”, 17 de abril de 2026.

FABI VIRGÍLIO, ALCINDO SABINO, ALUISIO BOI, BALDA, CORONEL PRADO, CRISTIANO DA SILVA, DR. LELO, ENFERMEIRO DELMIRAN, FILIPA BRUNELLI, GEANI TREVISÓLI, GUILHERME BIANCO, JOÃO CLEMENTE, MARCÃO DA SAÚDE, MARCELINHO, MARIA PAULA, MICHEL KARY, PAULO LANDIM, RAFAEL DE ANGELI



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

### ASSINATURAS DIGITAIS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Araraquara. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/documentos/autenticar?chave=KCKG7Z8RZ6K8TY52>, ou vá até o site <https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: **KCKG-7Z8R-Z6K8-TY52**